

ESBULHO POSSESSÓRIO — INDENIZAÇÃO - POSSE - ART. 928/CPC**EMENTA**

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ...ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ... DO ESTADO DE ... (qualificação), filho de ... e ..., natural de ..., nascido aos ..., inscrito no CPF/MF nº ..., portador da CTPS nº ..., residente e domiciliado na Cidade de ..., na Rua ... nº ..., ... (qualificação), Cédula de Identidade/RG nº ... e seu marido ..., (qualificação), Cédula de Identidade/RG ..., inscritos no CPF/MF ..., residentes e domiciliados na Cidade de ..., na Rua ... nº ..., ... (qualificação), e seu marido ... (qualificação), residentes e domiciliados no Município de ..., no Bairro ...; ... (qualificação), Cédula de Identidade/RG nº ..., e seu marido ... (qualificação), Cédula de Identidade/RG nº ..., inscritos no CPF/MF ..., residentes e domiciliados na Cidade de ..., na Rua ... nº ..., por seu procurador ao final assinado (docs. anexos), vêm, muito respeitosamente, a presença de Vossa Excelência para proporem a presente **AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE**, em face de ... (qualificação), residente no ..., Município de ..., tendo em vista os fatos, fundamentos jurídicos, pedido de provas que se seguem: Os AA. são legítimos possuidores de uma gleba de terras adquirida de ..., consoante escritura de cessão de direitos hereditários, inclusa ao presente, lavrada nas notas do livro nº ..., fls. ... e ..., do Cartório do Registro Civil e Anexos do Município de ..., Comarca de ..., cuja posse os mesmos já a detinham em comum com o outorgante cedente, por quem o autor principal fora criado desde a mais tenra idade, constando de uma área medindo ... e ... e ... mais ou menos, registrada sob nº ..., fls. ..., do livro ... e ..., fls. ..., livro ..., na Comarca de ..., contendo o imóvel divisa certa e respeitada que são: de um lado, com herdeiros de ..., de outro lado, com ..., de outro lado, com ... e finalmente com a Estrada Pública Imóvel este localizado no Bairro, no lugar denominado, Município de O Autor principal e sua família residiram nesse imóvel até o ano de ..., quando então, por necessidade de trabalho, vieram morar na cidade de ..., deixando no imóvel o Sr. ..., também conhecido por ... (qualificação), lotado na Prefeitura de ..., tendo este permanecido no mesmo imóvel, até a data de ..., portanto, exercendo a posse, até essa data, em nome dos Autores. Com a desocupação do dito imóvel pelo Sr. ..., tendo chegada a notícia aos autores, estes procuraram pelo mesmo, sendo informados que o Sr. ... havia comprado a área objeto desta, tendo adquirido-a dos próprios autores, por escritura pública de cessão de direitos hereditários (doc. anexo), lavrada no Livro de Notas nº ..., fls. ..., do ... Cartório de Notas e Ofício de Justiça da Comarca de ... Ora, os autores jamais pensaram em vender a gleba em questão, nem sequer receberam qualquer quantia a esse respeito; e, os mesmos, de passagem pela propriedade, verificaram que a cerca divisória existente há muitos anos, na divisa com ..., já não mais existe. Para maior surpresa dos autores, ao verificarem o teor da mendaciosa escritura, constataram, também que a escritura originária retro citada, onde constava a medida da área com ..., fora retificada às fls. ... e ..., do mesmo livro, para passar a contar ..., conforme demonstram os documentos ora anexados, corroborando como prova documental do esbulho praticado, as quais serão objeto de anulação pela via própria, oportunamente. Que, assim sendo, e como há anos têm a posse do referido imóvel, pretendem ser reintegrados naquela posse, da qual foram esbulhados. Como o ato de violência deu-se no decorrer do mês de ... p. passado, requerem os autores lhes seja deferida a reintegração liminar, nos termos do artigo 928 do Código de Processo Civil, após a justificação prévia, para a qual pedem a citação do requerido e, "ad cautelam", também de sua mulher, se casado for. Requerem, outrossim, que pro vados os itens da inicial, sejam, a final reintegrados definitivamente na posse, que ao requerido seja cominada pena pecuniária para caso de novo esbulho, sujeitando-se, ainda, ao pagamento das indenizações que forem de direito, pelo ato ilícito praticado, bem como nas custas do processo e honorários advocatícios arbitrados por V. Exa. Protestam pelo

depoimento pessoal do requerido, pena de confesso, testemunhas, perícias e demais provas que forem necessárias. Dando-se à causa o valor de R\$ (....). P. e E. Deferimento., de de